ATA Nº. 20/2014**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA CINCO DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E
CATORZE.** -----

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Fernando Fidalgo Caçoilo, e com a presença do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Marcos Labrincha Ré, e dos demais Vereadores eleitos, José Marinho Vaz, Beatriz de Fátima Clemente Martins, António Pedro Oliveira Martins, Paulo Sérgio Teixeira da Costa, e Ana Margarida Santos Bastos. -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Rui Manuel Pais Farinha. -

A reunião teve início às 15.00 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos: -----

NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

- Neste período, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, dando conta ao Executivo Municipal, que no pretérito dia 22 de outubro, teve lugar a abertura do Concurso Público para a empreitada relativa ao “Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares”, no âmbito da intervenção da “Polis Litoral Ria de Aveiro”, estando incluída na sobredita empreitada a obra relativa ao “Cais da Gafanha de Aquém”. -----

NO PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA.** -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria nº. 220, do dia catorze de outubro do ano de dois mil e catorze, pelo qual foi tomado conhecimento que no cofre existiam as importâncias de € 1.898.371,16 (um milhão oitocentos e noventa e oito mil, trezentos e setenta e um euros e dezasseis cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e € 1.735.844,29 (um milhão setecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e quarenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

Presente a Ata número 18, da reunião ordinária realizada no dia quinze de outubro do ano de dois mil e catorze. -----

Uma vez que o texto da mesma tinha sido distribuído previamente por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4º do Decreto - Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetida a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

EXPEDIENTE DIVERSO. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento do seguinte expediente: ----

- Carta, enviado pelo munícipe Humberto Rocha, morador na freguesia da Gafanha da Nazaré, datada de 14.outubro.2014, através da qual é dado conhecimento dos documentos que em devido tempo foram enviados à Administração do Porto de Aveiro, requerendo a imposição de regras à empresa cimenteira que importa o produto designado por “PetCoke”. --

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. -----

PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÍLHAVO E A AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, IP, NO ÂMBITO DO LICENCIAMENTO ZERO E AO SISTEMA DE INDÚSTRIA RESPONSÁVEL - RATIFICAÇÃO. -----

Presente o Protocolo referenciado em título, aqui dado por integralmente transcrito: -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente Protocolo. -----

AÇÕES E PROCESSOS EM TRIBUNAIS. -----

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE VISEU – PROCESSO N.º 949/06.7BEVIS - (SENTENÇA E DECISÃO RECORRIDA) - AUTOR: AUTO LAGUINHO, LDA – RÉU: MUNICÍPIO DE ÍLHAVO – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente a informação referenciada em título, elaborada pelo Assessor Jurídico, Rui Dias, datada de 16.outubro.2014, na qual e em síntese, a autora supra identificada, pretendia ver reconhecida por parte do Município de Ílhavo o adequado licenciamento e a respetiva licença de utilização para um determinado posto de abastecimento GPL a ser instalado na Gafanha da Nazaré, e que, desde 1996, a conduta omissiva e impeditiva desses ditos direitos, por parte do réu, lhe causou e continua a causar danos, considerando ser-lhe devida uma indemnização. ---

05-11-2014

A Câmara Municipal de Ílhavo deduziu a competente oposição às pretensões da autora, e, por sentença proferida pelo aludido douto TAF, veio a ser dada razão à CMI. -----

Da sobredita decisão, recorreu a autora, tendo o Tribunal Central Administrativo do Norte, pelo Acórdão de 25.setembro.2014, negado provimento ao citado recurso, confirmando a decisão recorrida, absolvendo da instância o Município de Ílhavo, e declarando que se encontra já ultrapassado e portanto caducado o prazo legal para instaurar a ação administrativa especial adequada à tutela dos alegados direitos da aludida empresa, assim se extinguindo, na prática, o direito daquela vir a ter sucesso nas pretensões formuladas contra o Município de Ílhavo. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----

AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS. -----

PARECERES PRÉVIOS. -----

RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (AVENÇA) –

SARA AGUDO – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1- A informação da Chefe da Divisão de Educação e Desporto em anexo, sobre a necessidade de renovação do contrato de prestação de serviços (Avença) da colaboradora Sara Liliana Matos dos Santos Reis Agudo; -----

2- A informação da DAG/Subunidade Orgânica de Recursos Humanos, também em anexo; --

3- Que estão cumpridos os restantes requisitos exigidos para a renovação do referido contrato, nomeadamente: -----

3.1- A contratada tem a sua situação regularizada perante a segurança social e as finanças; ---

3.2- Encontra-se assegurado o devido cabimento orçamental; -----

3.3- Será aplicada a redução remuneratória nos termos do OE2014. -----

Proponho: -----

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 35º da Lei 75/2013, de 12/09, conjugado com a Lei n.º 83-C/2013, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2014, designadamente no seu

05-11-2014

n.º 4 e 11 do artigo 73º, bem como no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua alínea a) do n.º 1 do art. 20º e ainda no art. 32º da Lei n.º 35/2014, de 20/06, que: -----

a) A Câmara Municipal emita o necessário parecer prévio; -----

b) Consequentemente proceda à renovação proposta; -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

01.novembro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

CONTRATAÇÃO DE UM COLABORADOR PARA O CCI (REGIME DE TAREFA – NOVEMBRO E DEZEMBRO 2014) – JOÃO REGADO – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1- A informação do Diretor dos Centros Culturais, Dr. José Pina, em anexo; -----

2- A informação da DAG/Subunidade Orgânica de Recursos Humanos, também em anexo; --

3- Que na Câmara Municipal de Ílhavo não existem trabalhadores com formação na área da Produção Executiva; -----

4- Que se trata da execução de um trabalho específico, de natureza excecional e limitado no tempo; -----

5- Que estão cumpridos os restantes requisitos exigidos para a contratação em causa, nomeadamente: -----

5.1- O prestador de serviços indicado tem a sua situação regularizada perante a segurança social e as finanças; -----

5.2- Encontra-se assegurado o devido cabimento orçamental; -----

5.3- Será aplicada a redução remuneratória nos termos da Lei. -----

Proponho, -----

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 35º da Lei 75/2013, de 12/09, conjugado com a Lei n.º 83-C/2013, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2014, designadamente no seu n.º 4 e 11 do artigo 73º, bem como no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua alínea a) do n.º 1 do art. 20º e ainda no art. 35º da Lei 12-A/2008, de 27/02, que: -----

a) A Câmara Municipal emita o necessário parecer prévio; -----

05-11-2014

b) Consequentemente proceda à contratação do Produtor João Pedro Madaíl Regado, em regime de prestação de serviços (tarefa) pelo período de dois meses (novembro e dezembro de 2014), e pelo valor mensal de 727,22€ acrescidos de IVA, se devido. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

03.novembro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES - ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (LÚDICO EXPRESSIVAS) – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1- A informação da Chefe da Divisão de Educação e Desporto, em anexo; -----

2- A informação da DAG/Subunidade Orgânica de Recursos Humanos, também em anexo; --

3- Que estão cumpridos os restantes requisitos exigidos para a contratação em causa, nomeadamente: -----

3.1- Os prestadores de serviços indicados têm a sua situação regularizada perante a segurança social e as finanças; -----

3.2- Encontra-se assegurado o devido cabimento orçamental; -----

3.3- A redução remuneratória, quando aplicável, será efetuada nos termos da Lei. -----

Proponho, -----

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 35º da Lei 75/2013, de 12/09, conjugado com a Lei n.º 83-C/2013, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2014, designadamente no seu n.º 4 e 11 do artigo 73º, bem como no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua alínea a) do n.º 1 do art. 20º e ainda no art. 35º da Lei 12-A/2008, de 27/02, que: -----

a) A Câmara Municipal emita o necessário parecer prévio; -----

b) Consequentemente proceda à contratação dos prestadores de serviços em anexo, em regime de prestação de serviços (tarefa) pelo período de 8 meses (novembro a junho de 2015) e pelo valor hora de 15,00€ acrescidos de IVA, se devido. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

05-11-2014

31.outubro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

ABERTURA DE PROCEDIMENTO – “ESPETÁCULO COM O ARTISTA KIMMO POHJONEN” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Responsável da CAP, Carla Ferreira, datada de 31.outubro.2014, corroborada pelo Chefe da DAG, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, e a solicitação do CCI, na qual e em síntese, se sugere a abertura do procedimento referenciado em título, por ajuste direto, estimando-se que o valor da referida aquisição de serviços não exceda os 8.000,00 €(oito mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, devendo o respetivo convite ser endereçado à empresa “Sons em Trânsito – Espectáculos Culturais, Unipessoal, Lda: . -----

Deste modo, e nos termos da lei, a presente despesa está sujeita a parecer prévio a emitir pelo Órgão Executivo Municipal. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade emitir parecer prévio favorável à presente aquisição de serviços. -----

PARECER PRÉVIO GENÉRICO. -----

LISTAGEM DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADOS NO 2º TRIMESTRE DE 2014 – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -

Presente a listagem referenciada em título, elaborada pela Técnica Superior da CAP, Conceição Lucas, datada de 28.outubro.2014, aqui dada por integralmente transcrita. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento da presente listagem. -----

LISTAGEM DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADOS NO 3º TRIMESTRE DE 2014 – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -

Presente a listagem referenciada em título, elaborada pela Técnica Superior da CAP, Conceição Lucas, datada de 28.outubro.2014, aqui dada por integralmente transcrita. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento da presente listagem. -----

COMPARTICIPAÇÕES PUBLICITÁRIAS – RATIFICAÇÕES. -----

Presente a seguinte Ordem de Pagamento, autorizada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

05-11-2014

- Com o n.º 3967, datada de 13.outubro.2014, no valor de 510,45 € referente a “Banner e Spots publicitários – Festival Bacalhau/14”, inserta em “Terra Nova – Cooperativa Radiodifusão A. Cultural, CRL”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão do Presidente. -----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----

SEGUROS. -----

INDEMNIZAÇÃO DE TERCEIROS POR PREJUÍZOS CAUSADOS. -----

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL / APÓLICE N.º 103141. -----

Presentes os seguintes 3 (três) processos: -----

1º - Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior da CAP, Conceição Lucas, datada de 28.outubro.2014, corroborada pelo Chefe da DAG, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta da participação realizada pelo **Sr. Fernando Margaça Bola**, motivada pelo embate da sua viatura num buraco, quando o mesmo circulava na Rua Florestal, n.º 1, Gafanha do Carmo. -----

Após análise dos Serviços Jurídicos desta Câmara Municipal, foi o processo remetido à nossa corretora, a qual já procedeu à respetiva indemnização. -----

Contudo, nos termos da respetiva apólice, é da responsabilidade do Município o pagamento da franquia em danos materiais em 10% do valor do sinistro no mínimo de 250,00 € -----

Deste modo, tendo o valor pago pela seguradora sido de 370,00 € compete à CMI suportar a indemnização no valor de 250,00 € -----

2º - Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior da CAP, Conceição Lucas, datada de 28.outubro.2014, corroborada pelo Chefe da DAG, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta da participação realizada pelo **Sr.ª Joana Santos Barros Marabuto Ferro**, motivada pelo embate da sua viatura num buraco, quando o mesmo circulava na Rua do Sul, Gafanha de Aquém. -----

Após análise dos Serviços Jurídicos desta Câmara Municipal, foi o processo remetido à nossa corretora, a qual já procedeu à respetiva indemnização. -----

Contudo, nos termos da respetiva apólice, é da responsabilidade do Município o pagamento da franquia em danos materiais em 10% do valor do sinistro no mínimo de 250,00 € -----

05-11-2014

Deste modo, tendo o valor pago pela seguradora sido de 265,25 € compete à CMI suportar a indemnização no valor de 250,00 € -----

3º - Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior da CAP, Conceição Lucas, datada de 28.outubro.2014, corroborada pelo Chefe da DAG, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que da participação realizada pelo **Sr.ª Susana Maria Batista Gomes e Rui Miguel Madeira Pinto**, motivada pelo embate da sua viatura num buraco, quando o mesmo circulava na Rua Professor Francisco Corujo, Gafanha da Encarnação. -----

Após análise dos Serviços Jurídicos desta Câmara Municipal, foi o processo remetido à nossa corretora, a qual já procedeu à respetiva indemnização. -----

Contudo, nos termos da respetiva apólice, é da responsabilidade do Município o pagamento da franquia em danos materiais em 10% do valor do sinistro no mínimo de 250,00 € -----

Deste modo, tendo o valor pago pela seguradora sido de 293,24 € compete à CMI suportar a indemnização no valor de 250,00 € -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder nos termos das informações. -----

APROVAÇÃO DE MINUTA DO CONTRATO DA EMPREITADA - “ARRANJOS URBANISTICOS NO MUNICÍPIO – SENHORA DOS CAMPOS” – INFORMAÇÃO. -

Presente a informação supra, elaborada pela Oficial Pública, Ana Patrícia Araújo, datada de 30.outubro.2014, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação da Minuta ao Contrato do procedimento referenciado em título, a celebrar com a empresa “Paviazeméis – Pavimentações de Azeméis, Lda”, pelo valor de 75.790,00 €(setenta e cinco mil, setecentos e noventa euros). -----

A adjudicação relativa ao presente contrato, foi realizada por deliberação da CMI na sua reunião de 15.outubro.2014. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Minuta de Contrato. -----

APROVAÇÃO DE MINUTA DO CONTRATO DA EMPREITADA – “REVESTIMENTO EM TAPETE BETUMINOSO 2014” – INFORMAÇÃO - RATIFICAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Oficial Pública, Ana Patrícia Araújo, datada de 28.outubro.2014, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a

05-11-2014

aprovação da Minuta ao Contrato do procedimento referenciado em título, a celebrar com a empresa “Manuel Francisco de Almeida, SA”, pelo valor de 201.061,49 €(duzentos e um mil e sessenta e um euros e quarenta e nove cêntimos). -----

A adjudicação relativa ao presente contrato, foi realizada por deliberação da CMI na sua reunião de 15.outubro.2014. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Deferido. Enviar à Câmara para ratificação, -----
02.setembro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do presente Contrato. -----

CONTABILIDADE E FINANÇAS. -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA C.M.I. PARA 2014 – 5ª ALTERAÇÃO – PROPOSTA - RATIFICAÇÃO. -----

Presentes os documentos referenciados em título, aqui dados aqui por integralmente transcritos, que importam nos seguintes valores: -----

- A 5ª Alteração às GOP, tem como Inscrições/Reforços o valor de 758.500€00, e em Diminuições/Anulações o valor de 1.118.000€, e nela consta o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Aprovo a 5ª Alteração às GOP/2014. À Câmara para ratificação. -----
23.outubro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar e ratificar o presente despacho da 5ª Alteração da GOP. -----

- A 5ª Alteração ao Orçamento (despesa), tem em Inscrições/Reforços e em Diminuições/Anulações, o valor de 1.183.000,00€ e nela consta o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Aprovo a 5ª Alteração às Orçamento/2014. À Câmara para ratificação. -----
23.outubro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar e ratificar o presente despacho da 5ª Alteração ao Orçamento. -----

RECEITAS MUNICIPAIS. -----

05-11-2014

CAIS DOS PESCADORES DA MOTA – CANDIDATURA A ARRUMO – “BIVALVIA – MARISCOS DA FORMOSA, LDA” – INFORMAÇÃO STL. -----

Presente a informação supra, elaborada pelo Coordenador Técnico da STL, Emanuel Marques, datada de 23.outubro.2014, corroborada pelo Chefe da DAG, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que, a empresa referenciada em título, requereu a atribuição de um arrumo no referido cais. -----

No entanto, por força do plasmado na respetivo Regulamento, invoca-se a não possibilidade de atribuição de qualquer arrumo à requerente, por não ser titular de nenhum lugar de amarração. Todavia, atentos os pressupostos discriminados na aludida informação, considera-se tal possibilidade desde que com carácter provisório e a requerer anualmente. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara: --
“Visto. Pese embora a minha concordância com o proposto na presente informação e parecer da DAG sobre o assunto em análise, é certo também que o Regulamento aplicável é omissivo em relação a este tipo de situações específicas que na nossa Ria se verificam. Assim sendo, ao abrigo do artigo 17º do regulamento do Cais dos Pescadores da Mota e tendo presente a melhor decisão que o presente processo deve ter, o mesmo deve ser remetido à consideração do Sr. Presidente da Câmara, tendo em vista a deliberação que houver por conveniente por parte da Câmara Municipal, -----
24.outubro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a cedência a título excecional e anual do arrumo de acordo com a informação. -----

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----**PLANEAMENTO FÍSICO. -----****ALTERAÇÃO DO EU 80 – ESTUDO URBANÍSTICO DA CARVALHEIRA – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----**

Presente a informação supra, elaborada pelo Chefe da DPUP, João José Carlos, datada de 03.novembro.2014, aqui dada por integralmente transcrita. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho/proposta da Sr.^a Vereadora, Beatriz Martins: -----

05-11-2014

“Visto. Concordo com a proposta de alteração apresentada. Ao Sr. Presidente da CMI com vista à aprovação posterior em reunião da CMI, -----
03.novembro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta, nos termos da informação. -----

CONSTRUÇÕES PARTICULARES. -----

LOTEAMENTO - ALTERAÇÃO. -----

- Presente o processo registado com o n.º 11624, Pº 120/12, em 11.agosto.2014, respeitante a Carlos da Encarnação Chagas Pereira, residente na Rua Arrais João Pauzeiro, n.º 10 – Gafanha de Aquém. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta, conforme o definido na informação da DOPGU e no despacho do Sr. Vereador do Pelouro. -----

A informação tem a referência DOPGU/noemian 2014/10/07 11624/14 3, e é da responsabilidade da Chefe da DOPGU, Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador Marcos Ré, está datado de 31.outubro.2014, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

CERTIDÃO DE DESTAQUE DE PARCELA. -----

- Presente o processo registado com o n.º 14614, Pº 87/14, em 16.outubro.2014, respeitante a Luís Manuel Sousa, residente na Rua Prof.ª Maria da Luz Carlos, n.º 73 – Gafanha da Nazaré.

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a emissão da certidão. -----

A informação tem a referência DOPGU/elianac 2014/10/20 14614/14 1, e é da responsabilidade da Técnica Superior da DOPGU, Eliana Castro, e o despacho do Sr. Vereador Marcos Ré, está datado de 28.outubro.2014, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

CERTIDÃO DE DESTAQUE DE PARCELA – ENTREGA DE DOCUMENTOS. -----

- Presente o processo registado com o n.º 13650, Pº 70/79, em 26.setembro.2014, respeitante a Ivone Maria Ribau Caçoilo, residente na Rua Padre António Diogo – Gafanha da Encarnação.

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente emissão de certidão. -----

A informação tem a referência DOPGU/elianac 2014/10/09 13650/14 1, e é da responsabilidade da Técnica Superior da DOPGU, Eliana Castro, e o despacho do Sr.

Vereador Marcos Ré, está datado de 27.outubro.2014, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO. -----

OBRAS MUNICIPAIS. -----

LIBERTAÇÃO DE GARANTIAS BANCÁRIAS E RESTITUIÇÃO DE REFORÇOS DE CAUÇÃO. -----

Presentes os três processos abaixo identificados, dos quais se destacam as informações elaboradas pela Chefe da DOIA, Paula Oliveira. -----

1ª - “ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA GAFANHA DA ENCARNAÇÃO NORTE”. -----

Presente a informação supra, datada de 21.outubro.2014, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a libertação das cauções prestadas, à firma: “Graqui - Arquitectos, Lda”, uma vez que estão cumpridas todas as obrigações contratuais. -----

2ª - “ELABORAÇÃO DO PROJETO PARA O LOTE N.º 5 DA HABITAÇÃO SOCIAL DO BEBEDOURO (BLOCO DE FECHO)”. -----

Presente a informação supra, datada de 21.outubro.2014, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a libertação das cauções prestadas à firma: “Graqui - Arquitectos, Lda”, uma vez que estão cumpridas todas as obrigações contratuais. -----

3ª - “REMODELAÇÃO DA REDE ELÉTRICA NA AVª MÁRIO SACRAMENTO - ÍLHAVO”. -----

Presente a informação supra, datada de 24.outubro.2014, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a libertação das cauções prestadas e restituídas as quantias retidas como garantia da obra, à firma: “João Santos & Coelho, SA”, dado que já se encontra efetuada a receção definitiva da mesma. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar as presentes propostas de libertação de garantias bancárias e reforços da caução. -----

TRABALHOS A MAIS – BALANÇO FINAL DOS TRABALHOS RELATIVOS A “VIAS MUNICIPAIS – CONSERVAÇÃO E ABERTURA DE NOVAS – CICLOVIA NO CAIS DOS PESCADORES DA COSTA NOVA” – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. --

05-11-2014

Presente o Balanço Final supra, elaborado pela Chefe da DOIA, Paula Oliveira, datado de 24.outubro.2014, aqui dado por integralmente transcrito, no qual e em síntese, se dá conta do apuramento de “Trabalhos a Mais”, no valor de 1.498,85 €(mil quatrocentos e noventa e oito euros e oitenta e cinco cêntimos). -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----

CIDADANIA E IGUALDADE. -----

ACORDO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ÍLHAVO E ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ÍLHAVO. -----

Presente o Acordo de Cooperação supra, aqui dado por integralmente transcrito. -----

O mesmo comporta uma participação financeira de 50.000,00€(cinquenta mil euros) a que acresce um encargo estimado de 8.000,00 (oito mil euros) respeitante aos seguros com os bombeiros, assumidos pela Câmara Municipal. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar o presente Protocolo ou Acordo de Cooperação. -----

FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS – COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA RELATIVA A ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Teixeira da Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea e) “comparticipação no pagamento da fatura relativa a água saneamento e resíduos sólidos“. -----

05-11-2014

3.º - Os pedidos de comparticipação solicitados pelos quinze munícipes/agregados familiares e a respetivas Informações Sociais que se anexam. -----

4.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 110 de 10/01/2014, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

- Três comparticipações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses. -----

- Onze comparticipações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses. -----

- Uma comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 40%, pelo período de 12 meses. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

31.outubro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
CASCI – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Teixeira da Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

05-11-2014

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por cinco indivíduos e/ou agregados familiares e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que o Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente aos agregados das informações anexas, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

5.º - Que o CASCI possui um crédito no valor total de 214,00 Euros, que deverá ser abatido, resultante do incumprimento na realização de horas de índole diversa no Município por parte de um utente e um outro por desistência desta medida de apoio, para os quais já haviam sido aprovadas participações. -----

6.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 111 de 10/01/2014, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo, no valor de 1.170,71 Euros, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta nas Informações Sociais, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

31.outubro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL Nª Sª NAZARÉ – APOIO AO ARRENDAMENTO
DE HABITAÇÃO – PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Teixeira da Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida ao Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----

05-11-2014

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - O pedido de apoio solicitado por um indivíduo/agregado familiar e a respetiva Informação Social anexa. -----

4.º - Que o Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª da Nazaré se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado da informação anexa, ficando o/a utente responsável por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

5.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 111 de 10/01/2014, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a aprovação da comparticipação da renda aos agregados familiares, através de um subsídio pontual ao Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª da Nazaré, consubstanciado em 330,00€ respeitante ao apoio à comparticipação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

31.outubro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

JUVENTUDE. -----

**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – (ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL) –
14ª EDIÇÃO DO FESTIVAL CANÇÃO VIDA – “GRUPO DE JOVENS «A TULHA»”
- PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pela Sr.ª Vereadora, Beatriz Martins: -----

- “Considerando: -----

1º - A organização do Grupo de Jovens “A Tulha”, da 14ª Edição do Festival Canção Vida, a realizar no Centro Cultural de Ílhavo, no dia 22 de Novembro de 2014; -----

05-11-2014

2º - O sucesso das edições anteriores que contaram com participantes de todo o país e sempre com grande envolvimento, aceitação e carinho por parte da comunidade ilhavense e do público em geral; -----

3º O incremento qualitativo que realizaram com a adição do Prémio Carlos Paião, nome de enorme relevo na nossa história e cultura na área da música; -----

4.º - As despesas inerentes a este tipo de iniciativa, nomeadamente no aluguer de equipamento específico, na atribuição de prémios, etc. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual extraordinário, no valor total de 1000,00 euros, ao Grupo de Jovens “A Tulha”, como forma de apoio à realização do 14º Festival Canção Vida, especificamente para atribuição do primeiro e terceiro prémios, de 800,00€ e 200,00€ respetivamente, conforme regulamento do próprio Festival. -----

A Vereadora do Pelouro da Juventude, -----

Ass.) Beatriz de Fátima Clemente Martins, -----

03.novembro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar o presente subsídio pontual à “Tulha”. ---

Na discussão e votação da presente matéria não participou o Vereador, José Marinho Vaz, por se achar impedido (membro dos órgãos sociais), tendo para o efeito abandonado o Salão Nobre onde decorria a reunião. -----

ENSINO. -----

**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – (ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL)
EXPEDIENTE E LIMPEZA - ANO LETIVO DE 2014/2015 – PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1.º- A prática normal da Câmara Municipal de atribuir uma verba às Escolas Básicas do 1.º Ciclo e aos Jardins de Infância, para expediente e limpeza; -----

2.º- A boa recetividade e eficiência dos critérios de distribuição das verbas para expediente e limpeza que temos vindo a aplicar nos últimos anos, que têm em conta a dimensão do Estabelecimento de Ensino, nomeadamente no que respeita ao número de alunos segundo o

05-11-2014

esquema anexo; -----

3.º - A boa adaptação à atribuição de subsídios de expediente e limpeza aos Estabelecimentos de Ensino por ano letivo, respondendo de forma mais justa e eficaz às necessidades de cada um; -----

4.º - A necessidade de apoiar as Escolas e os Jardins de Infância com estas verbas, que para o ano letivo 2014/2015 são calculadas com base nos mesmos critérios usados no ano letivo 2013/2014; -----

5.º - A necessidade de adaptar os critérios aos novos Centros Escolares que englobam Pré-Escolar, 1.º Ciclo e ATL; -----

6.º - A necessidade de cativar uma verba correspondente a 2 euros por aluno, nos Estabelecimentos de Ensino com impressoras multifunções instaladas, para efeito de pagamento de impressões/cópias até esse valor, segundo a tabela de preços: cor – 0,068 euros/cópia; preto – 0,008 euros/cópia (valores com IVA incluído). -----

Proponho: -----

1. Que a Câmara Municipal delibere atribuir um subsídio para expediente e limpeza às Escolas Básicas do 1.º Ciclo, que inclui os Centros Escolares, (no valor de 15.980 euros) e aos Jardins de Infância da rede pública do Município de Ílhavo (no valor de 2.490 euros), para o ano letivo 2014/2015, com a distribuição apresentada no mapa anexo; -----

2. Que as verbas sejam transferidas para as Escolas, Centros Escolares e Jardins de Infância com a seguinte planificação: 50% em novembro de 2014 e 50% em fevereiro de 2015; -----

3. Que a proposta seja aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

O Presidente da Câmara, -----
Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

28.outubro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

PARECER PRÉVIO – SERVIÇO DE REFEIÇÕES ESCOLARES – CENTRO ESCOLAR DE VALE DE ÍLHAVO – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação/proposta supra, elaborada pela Assessora da Educação, Ana Seabra, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que, face à não constituição dos órgãos sociais relativos à Associação de Pais daquele Centro Escolar, cumpre

05-11-2014

à CMI, nos termos da legislação em vigor, assegurar o normal e regular funcionamento dos vários estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico, mormente no que concerne à distribuição das refeições escolares, que até ao presente momento eram asseguradas em regime de cogestão com a anterior Direção da Associação de Pais. -----

Assim sendo, sugere-se a contratação em regime de prestação de serviços do fornecimento das já aludidas refeições escolares, à empresa Gertal (que já confeciona e distribui as refeições por todos os outros estabelecimentos de ensino), ao Centro Escolar de Vale de Ílhavo, para o ano letivo vigente, pelo valor previsível de 5.313,60 € (cinco mil trezentos e treze euros e sessenta cêntimos), com IVA à taxa legal em vigor. -----

Deste modo, e nos termos da lei, a presente despesa está sujeita a parecer prévio a emitir pelo Órgão Executivo Municipal. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O TRANSPORTE DOS ALUNOS DO 1º CICLO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ÍLHAVO (ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – PROGRAMA DE INICIAÇÃO À NATAÇÃO) – EMPRESA “RBL – RODOVIÁRIA DA BEIRA LITORAL, LDA” – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação/proposta supra, elaborada pela Chefe da DED, Ana Seabra, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a renovação do contrato referenciado em título, pelo período correspondente ao ano letivo em curso, ou até à conclusão de procedimento concursal, a abrir, caso este se conclua antes do final do presente ano letivo, pelo valor global de 58.500,00 € (cinquenta e oito mil e quinhentos euros). -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

SALUBRIDADE E COMODIDADE PÚBLICA. -----
HIGIENE E LIMPEZA. -----

LIMPEZA DOS SANITÁRIOS PÚBLICOS EXISTENTES NO MOLHE SUL DA BARRA DE AVEIRO E NO LARGO OBELISCO (ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL) – GRUPO DESPORTIVO DA GAFANHA – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara: -----

- “Uma vez mais e pese embora as diligências em curso com vista à aquisição de serviços relativos à limpeza e manutenção dos sanitários existentes nas nossas Praias no período fora da época balnear, em particular no caso dos sanitários mencionados em epígrafe, as dificuldades encontradas não tornaram possível a inclusão desta intervenção na contratualização havida para o efeito, durante a passada época balnear. Tal situação justifica-se pela necessidade de introduzirmos fora da época balnear uma frequência diferente na realização daqueles serviços e daí, a dificuldade em encontrar uma solução que, integrando-se na correspondente época balnear permita, com o melhor preço, proporcionar um serviço capaz de assegurar, pelo menos aos fins-de-semana (sábados e domingos) e feriados, a abertura nas devidas condições dos sanitários considerados potencialmente mais utilizáveis na Praia da Costa Nova ou da Barra. Deste modo, a urgência na resolução do problema, a necessidade de manter abertos os sanitários mencionados em epígrafe (os mais utilizados) assegurando por sua vez a sua manutenção, higiene e limpeza durante o período de tempo acima referido, obrigaram a deitar mão de soluções expeditas e de recurso, para fazer face à problemática mencionada, tendo-se no caso presente encontrado, finalmente, uma instituição disponível para nos ajudar a resolver a questão colocada, a qual, fruto do (bom) tempo que se tem feito sentir neste mês de Outubro, torna mais premente e justificável a abertura daqueles sanitários públicos. -----

Assim e após reunião havida com os responsáveis do Grupo Desportivo da Gafanha, cuja boa vontade e espírito de parceria e entreajuda foram determinantes para a materialização de tal intervenção, que desde já se agradece, foi com esta Associação acordada, à semelhança do que acontece na Costa Nova, a concretização de uma solução que, no nosso ponto de vista, a sua urgência e os aspetos acima mencionados justificam. -----

Nestes termos propõe-se, de modo idêntico à época passada, a concessão de um subsídio pontual de **200 Euros/mês e por cada sanitário**, a atribuir como contrapartida à execução dos trabalhos e/ou serviços a prestar (neste estão excluídos os materiais de limpeza a fornecer pela Câmara Municipal) desde o princípio do mês de Outubro de 2014 até ao início da próxima época balnear (final do mês de Maio de 2015) e que no total ascendem a **3.200 Euros**. No caso presente o horário de funcionamento acordado será, nos meses de Novembro a Março (inclusive) das 10.00 às 18.30 horas durante os dias mencionados e nos meses de

Outubro, Abril e Maio das 10.00 às 19.30 horas nos dias já referidos. Propõe-se ainda que o pagamento às referidas Instituições seja bimestral, a efetuar no final de cada mês correspondente ao período considerado. -----

O Vice-Presidente da Câmara, -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré, -----

31.outubro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO. -----

Eram 16.30 horas, hora destinada à audição do público, quando o Sr. Presidente da Câmara interrompeu momentaneamente a reunião para se certificar da presença de algum munícipe no Salão Nobre interessado em intervir, o que não se veio a verificar. -----

Perante a ausência de munícipes a quem pudesse ser concedida a palavra, prosseguiu o Sr. Presidente da Câmara com a Ordem do Dia. -----

PAGAMENTOS AUTORIZADOS. -----

AUTOS DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS. -----

Presentes os seguintes 2 (dois) Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos: -----

1 - Da Empreitada “Vias Municipais – Conservação e Abertura de Novas – Ciclovias no Cais dos Pescadores da Costa Nova ” - 3ª Situação Contratual, no valor de €7.761,40 (sete mil, setecentos e sessenta e um euros e quarenta cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Henriques, Fernandes & Neto, SA. -----

2 - Da Empreitada “Reparação, Conservação e Manutenção de Outros Imóveis – Capela da Ermida” – 13ª Situação Contratual, no valor de €5.566,84 (cinco mil, quinhentos e sessenta e seis euros e oitenta e quatro cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Lusocol – Sociedade de Construções, Lda. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes 2 (dois) autos e proceder ao pagamento. -----

AUTOS DE REVISÃO DE PREÇOS DE TRABALHOS. -----

Presentes os seguintes 4 (quatro) Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos: -----

1 - Da Empreitada “Arruamentos na Envolvente ao Hospital de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo (Regeneração Urbana de Ílhavo” no valor de €564,62

05-11-2014

(quinhentos e sessenta e quatro euros e sessenta e dois cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Paviazeméis – Pavimentações de Azeméis, Lda. -----

2 - Da Empreitada “Construção de Ciclovias e Percursos Pedestres – Praia da Barra” no valor de €7.991,28 (sete mil, novecentos e noventa e um euros e vinte e oito cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Paviazeméis – Pavimentações de Azeméis, Lda. -----

3 - Da Empreitada “Revestimentos em Tapete Betuminoso 2011” no valor de € 4.632,27 (quatro mil, seiscentos e trinta e dois euros e vinte e sete cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Paviazeméis – Pavimentações de Azeméis, Lda. -----

4 - Da Empreitada “Vias Municipais, Conservação e Abertura de Novas – Rua Cimo de Vila / Ligação à A17” no valor de menos €10.615,14 (dez mil, seiscentos e quinze euros e catorze cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Paviazeméis – Pavimentações de Azeméis, Lda. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes 4 (quatro) autos e proceder ao pagamento. -----

EMPREITADA “REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS DA GAFANHA DA NAZARÉ E ZONA INDUSTRIAL DA MOTA” – NOTAS DE DÉBITO – AUTOS DE MEDIÇÃO - PAGAMENTOS – COMPONENTE DAS REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS PLUVIAIS. -----

Presentes os Autos de Medição nºs 21, 23 e 25, e respetivas notas de débito para pagamento à “ADRA, SA”, no valor respetivamente de €133.846,88, €159.966,88 e €124.720,88. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar o pagamento dos presentes autos. -----

E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada eram 16.45 horas. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata que eu,

, servindo de Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----